

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.512.350 - SP
(2019/0150620-6)**

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
EMBARGANTE : SUELI MARIA TUMOLI
ADVOGADO : MANOEL CARLOS MARTINHO - SP120910
EMBARGADO : MUNICÍPIO DE SANTOS
PROCURADORA : CLAUDIA FERNANDES ROSA E OUTRO(S) - SP093709

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por SUELI MARIA TUMOLI à decisão de fls. 132/133, que não conheceu do recurso.

Sustenta a parte embargante que "enquanto estava em andamento o feito, a agravante apresentou RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL ao EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, com fulcro nos artigos 994, V do CPC e artigos 102, II e 105, II, da CF/88, além dos artigos 1027/1029 do Código de Processo Civil, em 30/10/2017" (fl. 137).

Requer o conhecimento e acolhimento dos embargos declaratórios para que seja sanada a obscuridade apontada.

A parte embargada foi devidamente intimada para contra-arrazoar estes aclaratórios.

É o relatório. Decido.

Nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração destinam-se a esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão e corrigir erro material eventualmente existentes no julgado, o que não se verifica na hipótese.

Esclareça-se que o marco temporal de aplicação do Código de Processo Civil de 2015 é a intimação do *decisum* recorrido que, no presente caso, foi realizada após 18/03/2016, já sob a égide do novo *códex* processual.

Assim, nos termos do Enunciado Administrativo n. 3 do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC", em observância ao princípio do *tempus regit actum*, ou seja, no presente caso aplicam-se as regras do Código de Processo Civil de 2015.

Superior Tribunal de Justiça

O STJ pacificou o entendimento de que a interposição de recurso manifestamente incabível não interrompe o prazo recursal.

Na espécie, o recurso ordinário (fls. 69/72) interposto contra o acórdão recorrido não é o recurso adequado, ou seja, não interrompe o prazo para a interposição do recurso especial, único recurso cabível no caso.

Por fim, a pretensão de rediscutir matéria devidamente abordada e decidida no decisum embargado evidencia mera insatisfação com o resultado do julgamento, não sendo a via eleita apropriada para tanto. Nesse sentido: EDcl no AgRg nos EREsp n. 1.315.507/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Corte Especial, DJe de 28/8/2014.

Assim, não há irregularidade sanável por meio dos presentes embargos, porquanto toda a matéria submetida à apreciação do STJ foi julgada, não havendo, na decisão embargada, os vícios que autorizariam a utilização do recurso – obscuridade, contradição, omissão ou erro material.

Ante o exposto, **rejeito os embargos de declaração e advirto a parte embargante de que a reiteração deste expediente ensejará o pagamento de multa de 2% sobre o valor atualizado da causa, porque os próximos embargos que tratem do mesmo assunto serão considerados manifestamente protelatórios (art. 1.026, § 2º, do CPC).**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente